



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE BIBLIOTECA E ARQUIVO
DIVISÃO DE ACERVO - PERIÓDICOS



SUMÁRIO CORRENTE
ABRIL - 2017



12 Capa - Harmonia e austeridade

- | | | | |
|----|--|----|--|
| 6 | Editorial - A Justiça do Trabalho existe porque precisa mesmo existir | 34 | Reforma da Previdência: OAB Nacional promove grande ato contra a PEC 87/2016 |
| 8 | A crise penitenciária e a reinserção social | 36 | A possibilidade de inclusão de cláusula de mediação em plano de recuperação judicial |
| 10 | A disfuncionalidade do modelo trabalhista | 44 | Tortura blindada |
| 16 | Especial Mulher | 46 | Inscrições abertas para seminário promovido pela Enfam |
| 20 | Em Foco - Pesquisa revela contornos regionais da violência contra a mulher | 48 | Os dois lados ruins de uma mesma moeda |
| 26 | Usuários poderão ter cartões bloqueados por uso de terceiros | 50 | O futuro do Direito e o Direito do futuro |
| 28 | Direito Contratual: as diferenças entre Brasil e Estados Unidos | | |



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PROCESSO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	
O Supremo Tribunal Federal e o controle interno de convencionalidade na base dos tratados internacionais de direitos humanos <i>The Federal Supreme Court and the internal control of conventionality on the basis of international human rights treaties</i> INGO WOLFGANG SARLET	23
TEORIA GERAL DO PROCESSO	
A inversão do ônus da prova oficiosa no novo CPC e a imposição de limites pela existência de convenção probatória <i>Reversal of the burden of proof officious in new CPC and the limits imposed by the existence of convention probative</i> ADRIANA BUCHMANN	55
Saneamento do processo no novo Código de Processo Civil <i>Court curative action in the new Brazilian Code of Civil Procedure</i> ANDERSON CORTEZ MENDES e GABRIELE MUTTI CAPIOTTO	79
Competência Internacional Indireta (art. 963, I CPC 2015) <i>Foreign Court Jurisdiction (Art. 963, I CPC 2015)</i> DANIEL GRUENBAUM	99
Desconsideração da personalidade jurídica e as alterações do novo Código de Processo Civil: uma análise à luz da função social da empresa <i>Disregard doctrine and the new Procedure Code: an analysis from the perspective of company's social function</i> LORRUANE MATUSZEWSKI MACHADO e JONATHAN BARROS VITA.....	153
A prova emprestada e o risco de ficar eternamente vinculado a uma inadequada instrução probatória <i>The borrowed proof and the risk to linked forever with a improper production</i> ROBERTA DIAS TARPINIAN DE CASTRO	175

A oposição no novo Código de Processo Civil: de modalidade de intervenção de terceiros à condição de ação verdadeiramente autônoma

L'intervention principale sur le nouveau Code de Procés Civil: du mode d'intervention de tierce parties a la condition d'action véritablement autonome

THIAGO RODOVALHO 207

TUTELA EXECUTIVA

Algumas considerações sobre inovações introduzidas no processo de execução de título extrajudicial do Código de Processo Civil de 2015

Some reflections on the innovations introduced in enforcement proceedings of extrajudicially enforceable instruments by the 2015 Code of Civil Procedure

ACCÁCIO CAMBI 229

TUTELA PROVISÓRIA

A necessidade de separação da tutela provisória antecipada antecedente em duas espécies diferentes

The need for separation of tutelage advance provisional antecedent in two different species

VINICIUS SILVA LEMOS 255

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Limites do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça quanto ao juízo de revisão dos recursos extraordinários *lato sensu* – Breve análise

Limitations of the Brazilian Supreme Federal Court and of the Brazilian Superior Court of Justice on the review judgment of extraordinary appeals – Brief analysis

AUGUSTO JORGE CURY 291

O depósito obrigatório da ação rescisória e a superveniência do novo CPC

Compulsory initial deposit, "ação rescisória" and Brazilian Civil Procedural Code of 2015

FREDIE DIDIER JR. e RAFAEL ALEXANDRIA DE OLIVEIRA 319

TUTELA DIFERENCIADA

Anamnese e o juiz: contribuições à efetividade sistêmica da tutela antecipada antecedente nas ações individuais de saúde

Anamnesis and the judge: contributions for a systemic effectiveness of the antecedent provisional injunction in individual health lawsuits

ALINE JURCA ZAVAGLIA VICENTE ALVES e CERES LINCK DOS SANTOS..... 341

Competência internacional (limites à jurisdição nacional) em matéria de ação revisional de prestação alimentícia e partilha de bens (Parecer)

International jurisdiction (limits of national jurisdiction) on revisional action of maintenance obligations and divorce property division (Opinion)

GUSTAVO FERRAZ DE CAMPOS MONACO..... 365

Para além da reserva do possível: cognição conglobante e dialética pública no controle jurisdicional de políticas públicas

Beyond the proviso of the possible: global cognition and public dialectic in the jurisdictional control of public policies

LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO 393

DIREITO JURISPRUDENCIAL

Distinguishing: raciocínio analógico

Distinguishing: analogical reasoning

CARLOS EDINGER..... 421

Vinculação a precedentes e livre convencimento judicial

Binding precedent and judicial free conviction

JOSÉ WELLINGTON BEZERRA DA COSTA NETO..... 447

DIREITO ESTRANGEIRO E COMPARADO – GENERALIDADES

Writ of certiorari do direito estadunidense

Writ of certiorari of the United States law

URSULA RIBEIRO DE ALMEIDA..... 483

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – ADR

O reconhecimento da autonomia do sujeito e transformações do papel do Estado na gestão dos litígios no novo Código de Processo Civil: do sistema multiportas à conciliação no novo Código de Processo Civil

The recognition of the autonomy of the subject and transformation of the state's role in the management of litigation in the New Code of Civil Procedure: the multiport system to conciliation in the New Code of Civil Procedure

ROSA MARIA FREITAS, RAFAEL ALVES DE LUNA e GABRIELA SUELE CARNEIRO DE OLIVEIRA..... 519

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

REPERCUSSÃO GERAL – Possibilidade de se manter uma pessoa associada até que sejam pagos supostos débitos junto à instituição financeira parceira da associação 547

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM – Investigação de paternidade cumulada com nulidade de partilha – Herdeiro testamentário do autor da ação..... 557

FRAUDE À EXECUÇÃO – Alienação de imóvel por sócio da empresa – Somente com a desconsideração da personalidade jurídica que o sócio foi erigido à condição de responsável pelo débito 577

PRESCRIÇÃO – Prazo quinquenal – Pretensão de cobrança pela Fazenda Pública lastreada em créditos cedidos por instituição financeira privada. 585

RESENHAS

Direito intertemporal e o novo Código de Processo Civil, de Leonardo Carneiro da Cunha
Resenha por FREDIE DIDIER JR. 593

Liticonsórcio unitário: fundamentos, estrutura e regime, de Elie Pierre Eid
Resenha por LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA..... 595

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 599

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA..... 605



Sumário

Doutrina

O Direito à Saúde e a Possibilidade do Controle Judicial <i>Ana Luiza Lima Fazza</i>	17
Criminalidade Feminina: Alarmante Realidade <i>André Guilherme Tavares de Freitas</i>	41
Cirurgia de Transposição de Sexo. Aspectos Jurídicos Decorrentes de sua Realização <i>Áurea Pimentel Pereira</i>	53
A Evolução do Ativismo Judicial na Suprema Corte Norte-Americana <i>Carlos Alexandre de Azevedo Campos</i>	59
Promoção e Proteção dos Direitos Fundamentais na Constituição de 1988 <i>Emerson Garcia</i>	119
Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas <i>Fabício Rocha Bastos</i>	129
Ação Rescisória e a Ação de Invalidação de Atos Processuais Prevista no Art. 966, §4º, do CPC-2015 <i>Fredie Didier Jr.</i> <i>Leonardo Carneiro da Cunha</i>	157
Publicização do Direito Comercial <i>Jorge Lobo</i>	167
Estado, Liberdade Religiosa e Laicidade <i>Jorge Miranda</i>	187
Questões que Envolvem a Denominada "Audiência de Custódia" <i>Marcellus Polastri Lima</i>	205
Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado por Atos do Ministério Público em Inquérito: Lições do Direito Português <i>Marcus Vinícius Amorim de Oliveira</i>	223
A Consensualidade na Atuação do Ministério Público na Promoção da Responsabilização por Atos de Improbidade Administrativa frente à Independência dos Sistemas Punitivos <i>Rodrigo Otávio Mazieiro Wanis</i>	247

Observatório Jurídico

<i>Crise politique au Brésil : la chute du PT marque le triomphe de la démocratie</i> <i>Adolfo Borges Filho</i>	267
Concussão e Tortura Mental <i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	271

Peças Processuais

Pareceres

- Parecer. Mandado de Segurança. Pretensão de que, com base no princípio da igualdade, seja estendido aos Impetrantes a sistemática do Decreto nº 42.599/2010, no qual o Estado, *sponte propria*, decidiu reparar os danos causados aos familiares de pessoa vitimada durante operação policial.
Emerson Garcia 277
- Parecer. Representação por Inconstitucionalidade do § 9º do art. 22-A da Lei nº 4.191/2003, incluído pela Lei nº 6.805/2014, ambas do Estado do Rio de Janeiro. Competência concorrente do Estado para legislar sobre consumidor e meio ambiente.
Joana Fernandes Machado 281
- Parecer. Arguição de inconstitucionalidade. Lei nº 1.441/2004, do Município de Paraty, que acresceu ao art. 94 do Estatuto dos Servidores local o inciso VIII, para incluir, no rol de vantagens que poderão ser atribuídas por portaria do Prefeito ou do Presidente da Câmara de Vereadores, o adicional de risco de vida em favor da Guarda Municipal.
Luiz Roldão de Freitas Gomes Filho 285
- Embargos de Declaração em Apelação Criminal. Crime de homicídio. Oposição com o objetivo de sanar vícios de obscuridade e omissão, relativos à fundamentação, a fim de se evitar arguição de nulidade à amplitude de defesa, especialmente quanto à quesitação formulada para as teses defensivas.
Nilo Augusto Francisco Suassuna 295
- Parecer. Mandado de Segurança. O Estado do Rio de Janeiro se insurge contra acórdão proferido por órgão fracionário do Tribunal de Justiça, sob a alegação de que, ao conceder a ordem ali vindicada, o órgão impetrado afastou-se por completo de premissa estabelecida pelo Órgão Especial.
Sérgio Bumashny 301

Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal

Jurisprudência Cível

- Direito civil e administrativo. Mandado de segurança. Registro de pensão por morte pelo TCU. Rateio entre companheira e viúva de servidor público. Exigência de reconhecimento judicial de união estável e separação de fato. Mandado de Segurança 33.008 – DF.
Primeira Turma, 03/05/2016 311

Jurisprudência Criminal

- Recurso ordinário em *habeas corpus*. Recorrente defendido por profissional não inscrito na OAB. Prejuízo à defesa técnica evidente. Nulidade da ação penal.
Recurso Ordinário em *Habeas Corpus* 119.900 – CE.
Segunda Turma, 05/05/2015 321

Habeas corpus. Constitucional. Penal. Tráfico internacional de entorpecente. Alegação de imprescindibilidade de perícia complementar na substância entorpecente apreendida. Desnecessidade. Inexigência na Lei nº 11.343/2006 de determinação do grau de pureza da droga e do seu potencial lesivo. Impossibilidade de reexame de prova. Ordem denegada. *Habeas Corpus* 132.909 – SP. Segunda Turma, 15/03/2016. **327**

Superior Tribunal de Justiça

Jurisprudência Cível

Processual civil e administrativo. Improbidade administrativa. Medida cautelar de indisponibilidade de bens. Previsão constitucional (art. 37, § 4º). *Periculum in mora* presumido. *Fumus boni iuris*: indispensabilidade. Recurso Especial nº 1.315.092 – RJ. (2011/0223435-9) Primeira Turma, 05/06/2012 **337**

Administrativo. Processual civil. Ação Civil Pública. Ausência de concurso público. Provimento de pessoas em cargos de provimento efetivo após 1988. Assembleia Legislativa do Estado. Acórdão recorrido que reconhece a prescrição, com apoio no art. 1º do Decreto nº 20.910/1932. Inaplicabilidade às hipóteses de flagrante inconstitucionalidade. Precedentes do STF. Retorno dos autos para a primeira instância. Recurso Especial nº 1.310.857 – RN. (2012/0039322-7) Segunda Turma, 25/11/2014 **357**

Jurisprudência Criminal

Habeas corpus. Homicídio qualificado. Concessão da ordem em *mandamus* impetrado na origem. Decisão unânime. Posterior anulação do julgamento em decorrência do impedimento de um dos Desembargadores. Manifestação que não altera a decisão proferida. Necessidade de manutenção do julgado. Constrangimento ilegal caracterizado. Novo julgamento do *mandamus* com base em documentos apresentados pelo Ministério Público e sobre os quais o impetrante não teve a oportunidade de se manifestar. Ofensa aos princípios da ampla defesa e do contraditório. Concessão da ordem. *Habeas Corpus* nº 308.473 – ES. (2014/0287775-5) Quinta Turma, 16/12/2014 **371**

Jurisprudência Internacional

Nota Introdutória **381**

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS – Caso das crianças e adolescentes privados de liberdade no “Complexo do Tatuapé” da FEBEM **383**

Noticiário

José Roberto Paredes assume interinamente a Corregedoria-Geral do MPRJ **397**

Eleição e Posse do Corregedor-Geral do MPRJ, Pedro Elias Erthal Sanglard **399**

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO **405**